

Vigilância de gênero e homofobia no espaço da escola: o que dizem as narrativas dos Livros de Ocorrência Escolar?

Keith Daiani da Silva Braga*

Arilda Ines Miranda Ribeiro*

Resumo: O presente trabalho é derivado da nossa pesquisa de mestrado em andamento intitulada “O olhar docente sobre homofobia através do Livro de Ocorrência Escolar” financiada pela FAPESP- Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de São Paulo. O Livro de Ocorrência Escolar trata-se de um caderno onde professores e professoras relatam os casos de indisciplina e violência que transcorrem no espaço da escola. Deste modo, trazemos algumas narrativas destes livros das escolas públicas e estaduais do Ensino Fundamental II e Médio de Presidente Prudente- SP para a discussão da vigilância de gênero e homofobia no ambiente escolar. Nossa metodologia centra-se nas concepções da Análise Documental e o referencial teórico centra-se em autores geralmente ligados ao Pós-Estruturalismo e Teoria Queer. Como resultados, notamos que a homofobia se desenvolve por meio da injúria e que seus processos tem estreita relação com as normas regulatórias de gênero.

Palavras-chave: Homofobia; Normas de gênero; Livro de Ocorrência Escolar.

1 Introdução

O presente trabalho se centrará na discussão da violência homofóbica, considerando o conceito de gênero, no espaço da escola. Compreendemos a homofobia enquanto conjunto de hostilidades, violência física e psicológica e restrições de direitos direcionados a todos aqueles que não estão alinhados aos padrões identitários de gênero e sexualidade hegemônicos. Considerada por diversos autores um fenômeno preocupante que se desenvolve em todas as esferas sociais, dentre elas a escola, a violência de natureza homofóbica vem sendo estudada nas pesquisas educacionais por meio de entrevistas, pesquisas de campo, observações e análise documental.

Os documentos escolares escolhidos para nossa análise são os já referidos “Livros de Ocorrência Escolar” por meio dos quais objetivamos discutir os relatos que se referem aos casos de homofobia enlaçados com a discussão sobre gênero.

* Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho. Graduada em Pedagogia e mestranda pela referida instituição. keith_daiani@hotmail.com

* Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho. Professora Titular do Departamento e Programa de Pós-Graduação em Educação da referida instituição. arilda@fct.unesp.br

O artigo apresenta-se dividido em duas seções, além da introdução e das considerações finais. Na primeira apresentamos o Livro de Ocorrência Escolar, no qual explicamos como o mesmo funciona nas instituições de ensino, e em seguida apresentamos nossa discussão sobre gênero e homofobia na escola a partir de alguns relatos selecionados sobre o tema.

2 O Livro de Ocorrência Escolar

O Livro de Ocorrência Escolar trata-se de um instrumento institucional utilizado em muitas escolas brasileiras para registrar os acontecimentos que prejudicam o funcionamento dessas instituições no que diz respeito ao comportamento dos alunos. Entre as principais finalidades do Livro se encontram: descrever e punir comportamentos que destoam das regras pré-estabelecidas pela escola; denunciar aos pais atitudes inconvenientes dos filhos – para que os mesmos auxiliem na correção –; e no caso específico de violências ou ocasiões de conflitos graves, garantir proteção à escola, demonstrando que a mesma não foi negligente e tomou medidas cabíveis diante dos problemas escolares (RATTO, 2002).

Os Livros estudados não possuem uma formatação específica, algumas escolas habitam-se a usar apenas um caderno, onde as ocorrências do ano todo são registradas, outras instituições de ensino preferem subdivisões por séries, turnos, classe entre outras.

As ocorrências expostas ao longo do texto foram transcritas de forma literal dos livros de ocorrência escolar a que tivemos acesso. Os nomes são todos fictícios e são utilizados quando as narrativas os evidenciam. Assim, a forma como o registro aparece pode ter variações como: a data no início ou no final, com assinatura ou sem, escrito na primeira pessoa ou no impessoal. Isso acontece, porque buscamos manter a estrutura o mais próximo possível do original.

3 Vigilância de gênero e homofobia na escola

Iniciamos nossa discussão em consonância com Butler (2008), que nos explica que: não há essência natural, nem determinação biológica, que justifique o gênero. Trata-se de uma atribuição constante. Nunca chegamos a ser aquilo que ele impõe, de

forma que uma reatualização se faz necessária para que se produza a aparência de que o gênero sempre esteve ali, desde o nascimento de cada sujeito. Nas palavras da autora, é uma “[...] estilização repetida do corpo” (p.53), iniciada no ritual do nascimento em que se determina se a criança é um menino ou menina, e que se estende por toda a vida.

A teórica espanhola Beatriz Preciado (2013) em seu texto “Quem defende a criança queer?” publicado no período de manifestações na França contra a legalização da união civil de homossexuais, afirma que o motivo pelo qual as crianças são vigiadas desde o nascimento é a garantia da produção de sujeitos alinhados ao padrão heteronormativo:

A criança é um artefato biopolítico que garante a normalização do adulto. A polícia de gênero vigia o berço dos seres que estão por nascer, para transformá-los em crianças heterossexuais. A norma ronda os corpos meigos. Se você não é heterossexual, é a morte o que te espera. A polícia de gênero exige qualidades diferentes do menino e da menina. Dá forma aos corpos com o objetivo de desenhar órgãos sexuais complementares. (PRECIADO, 2013).

Nesse sentido, chamamos a atenção para o caráter histórico de normatização que as escolas também fazem parte, pois é sabido que as instituições de ensino contribuem para o processo de reatualização do gênero, iniciado geralmente na família. É no espaço educacional, conforme afirma Montserrat Moreno (1999), que as crianças aprendem, de modo muitas vezes sistemático, os padrões e condutas esperados para meninos e meninas.

Podemos pensar a questão da separação do banheiro por sexo biológico – presente não somente na escola – como um modo de exercitar o gênero, por exemplo.

De início, a divisão dos sanitários pressupõe que todos e todas estejam de acordo com a designação de gênero que lhe foi imputada: quem porta uma vagina, cromossomos XX, e está de acordo com o gênero feminino, usará seu banheiro correspondente. A partir disso, alunas travestis, por exemplo, enfrentam enormes problemas para utilizar os banheiros da escola.

Outra implicação é a de que homens e mulheres em sua intimidade e exposição do corpo não devem compartilhar o mesmo espaço. Justificativa baseada na noção de

que todos são heterossexuais e por isso manifestariam seus desejos naquele espaço. Deste modo, não se cogita que meninas ou meninos homossexuais poderiam expressar esse mesmo desejo no espaço do banheiro. Assim, o sanitário reforça a heterossexualidade compulsória. Sua utilização destina-se para a maioria dos sujeitos, sobre os quais se pressupõe a heterossexualidade (LIMA&ALVARENGA, 2012).

Assim, as normas de gênero são exercitadas, pois quando nos preocupamos em conferir a placa que se situa na porta do sanitário, nos lembramos de que somos mulheres, definição esta, elaborada a partir de nossa vagina, e que estamos todas nesse espaço porque não há risco nenhum de mostrarmos nossos corpos, uma vez que, todas somos ou deveríamos ser, como argumentou Rich (2010 [1980]), heterossexuais.

Essa divisão mostrou-se ser tão respeitada e rígida que em alguns casos relatados nos Livros de Ocorrência Escolar, alunos preferiam fugir para não enfrentar as consequências que habitar um espaço não previsto para o seu gênero poderia causar:

Escola E

Fabio, 8ª D. Data 09/05/2012

Conduta: *O aluno durante o intervalo entrou no banheiro feminino e ao ser surpreendido tentou fugir da escola pela porta que dá a cesso a obra. Obs. **Havia meninas no banheiro**. Ciente/prof: Alessandro.

Escola L

28/05. **Foi pego dentro do banheiro feminino, chegando a urinar, quando foi visto** pelo mediador saiu correndo e **fugiu da escola** sem autorização.

O interessante na primeira ocorrência é notar a observação de que havia meninas no banheiro, o que em tese, na perspectiva da escola agrava ainda mais a transgressão da regra pelo aluno que ao adentrar um espaço não previsto para seu gênero teria colocado em risco também o gênero de quem pode transitar naquele ambiente.

É importante pontuar que não somente o banheiro exercita o gênero das/dos estudantes. Com a nossa pesquisa notamos que o modo como a escola percebe e encaminha um caso de indisciplina, por exemplo, também produzem efeitos de verdades que são disseminados por todo o corpo escolar acerca de como “são” ou deveriam ser meninos e meninas.

Louro (1999) explica que isso ocorre porque em muitos casos a escola está empenhada em transformar os meninos e meninas em homens e mulheres *de verdade*. Assim, no espaço educacional e muitas vezes de forma bastante sutil, são reforçados e valorizados os tipos de feminilidades e masculinidades alinhados aos modelos de gênero e sexualidade hegemônicos.

No entanto, é necessário nos atentarmos para o fato de que o empenho escolar, familiar, religioso ou de qualquer outra instituições ou grupo não é suficiente para que todos os sujeitos se adequem nos padrão regulatórios de gênero.

Existem corpos que escapam que não se conformam ou não desejam se conformar na ordem sexo-gênero-desejo (considerada “natural”). E como consequência, tanto os que expressam seu desejo para o gênero ou sexo que não é esperado (homossexuais) quanto os que não *performatizam* o gênero nos padrões hegemônicos de sexualidade (travestis, transexuais e transgêneros) são colocados à margem do social e se configuram como vítimas de diversos processos discriminatórios, como a homofobia.

Nas instituições de ensino, a violência de natureza homofóbica pode comprometer seriamente a trajetória escolar de alunos e alunas identificados como não-heterossexuais. Junqueira (2009) explica que não é raro que a população LGBT em espaços educacionais sejam alvos de uma “pedagogia do insulto”: tratamentos preconceituosos, exposição a constrangimentos, violência física, verbal, ameaças, entre outras formas de exclusão.

Escola B

6ªC (X) não fez ativ. (x) mta conversa (X) desrespeitou prof (X) colega

Obs: O aluno não realiza nenhuma atividade proposta. Fica importunando os colegas; **ficou dizendo que o colega era “bichinha” e principiou uma discussão**, atrapalhando a aula. 21, fev, 2013. Alice/Português.

21/02. A senhora Dinha (avó) compareceu e tomou ciência da ocorrência.

Assinatura da avó.

Escola H

“19/04. Aluno Marcelo. **Professora Tamara ofendeu o aluno, chamou-o de “marica”**. Conversar.” [caderno professora mediadora]

Escola J

Kevin Vieira Silva 1ºA, Diego. O Kevin **fica perguntando se o Diego é homem ou mulher (gay) fazendo práticas de bullying**. Assinatura do Kevin.

Escola E

Nome: Guilherme Série: 8º D RA: _____

Motivo: _____ Data: 20/03/2012 Conduta/Falta disciplinar: Observação:
Ofendendo a aluna Tatiane com palavras discriminatórias (sapatão) não participa da aula.

Encaminhamento (x) profº coordenador () profº mediador (x) vice diretor () diretor.

Ciente/Professor: Rodrigo Ciente/Pais e/ou responsáveis: Salete

Escola F

6ªC

25/02. A aluna reclamou que o aluno Jacson fica **a imitando chamando-a de “sapatona”** e por isso no intervalo teve um dia que **ela chutou ele**. Depois disso **ele a ameaça de bater** nela depois do término da última aula. Assinatura da aluna.

Primeiramente, notamos que os casos a que se referem às ocorrências acima são de injúrias. No entanto, como nos explica Eribon (2008) essas expressões “bichinhas” “sapatona” “marica” não podem ser compreendidos como simples xingamentos. São marcações que visam estabelecer uma linha que diferencia aqueles que performatizam seu gênero e sexualidade de modo “desejado”, ou seja, dentro do padrão identitário hegemônico daqueles que não.

Segundo o autor, geralmente “um gay aprende a sua diferença sob o choque da injúria” (ERIBON, 2008 p. 28). Insultar tem como objetivo revelar os desvalores, o não apropriado, o não desejável. E é também no espaço da escola, como conclui Cavaleiro (2010, p. 159) em sua tese de doutorado em educação sobre homossexualidades femininas e discriminação no contexto escolar, que: as/os “[...] jovens seguem aprendendo, seja de maneira confusa, ou ambígua que são “anormais”, designadas pelas expressões de nojo, ódio e rechaço”.

O ponto que consideramos interessante discutir é o fato da homofobia ser empregada não somente contra sujeitos que se autoidentificam como homossexuais,

mas contra todos aqueles que se distanciam das normas regulatórias de gênero e sexualidade.

Notamos nessas ocorrências que o xingamento lançado contra as meninas mais comuns são “sapatão” ou “sapatona” que por conta do uso do grau aumentativo utilizados nas palavras coloca em xeque o modelo esperado para elas de feminilidade. Com os meninos algo parecido pode acontecer, pois os insultos que os consideram “bichinha” “marica” ou “mulher” são aqueles que denominam os não-homens, aqueles que não possuem uma masculinidade prevista no padrão heteronormativo.

Butler (2008 [1993], p.334) explica que essa hostilidade contra aqueles que não se alinham a modelos hegemônicos de feminilidade e masculinidade acontece porque a “[...] la homofobia con frecuencia opera atribuyendo a los homosexuales un género prejudicado, fracasado.” Deste modo, temos que pensar a violência homofóbica para além da aversão contra homossexuais. A homofobia compreende também as violências, hostilidades, restrições de direitos direcionados contra sujeitos que na perspectiva dos agressores apresentam gostos, vestimenta, modos de andar, falar, agir, não previstos para seu gênero.

Isso ocorre porque, como supracitado, para que os sujeitos se constituam arbitrariamente enquanto homens e mulheres alinhados respectivamente em masculinos e femininos é necessário um processo ininterrupto e reiterado de aquisição do gênero. Nesse percurso, para que a masculinidade seja alcançada homens devem rejeitar atributos considerados socialmente femininos e se diferenciar das mulheres e homossexuais. No caso das mulheres, a feminilidade é “alcançada” pela mesma via: a negação do masculino (WELZER-LANG, 2001; BORRILLO, 2010).

E é justamente neste contexto que os mecanismos homofóbicos são acionados, pois por meio da homofobia é possível “[...] denunciar os desvios e deslizos do masculino em direção ao feminino e vice-versa, de tal modo que se opera uma reatualização constante nos indivíduos ao lembrar-lhes sua filiação ao ‘gênero correspondente’” (BORRILLO, 2010, p. 26).

4 Considerações finais

Buscamos com esse texto discutir a partir de algumas narrativas sobre homofobia presentes no Livro de Ocorrência Escolar a questão da violência homofóbica articulada com os processos de vigilância de gênero. Acreditamos que essa problematização é necessária, tendo em vista que, os casos de homofobia presentes – não somente – do espaço da escola dizem respeito a uma tentativa de restringir os direitos e vivências de sujeitos que não performatizam seu gênero e sua sexualidade nas normas heterocentradas.

Nossa argumentação procurou trabalhar com o conceito de gênero para compreender a homofobia para além da ideia de aversão contra gays disseminada muitas vezes em discursos midiáticos, políticos ou mesmo educacionais entre outros. Nosso intuito foi o de pensá-la também enquanto ferramenta necessária ao processo de desenvolvimento de corpos femininos e masculinos centrados na heterossexualidade. Pois os corpos que escapam ou não desejam se ajustar nessa lógica predeterminada, são as principais vítimas das inúmeras tentativas de serem realocados aos seus supostos lugares de “origem”.

Referências bibliográficas

BORRILLO, D. *Homofobia: Historia e crítica de um preconceito*. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

BUTLER, J. *Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003 [1990].

ERIBON, D. *Reflexões sobre a questão gay*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud. 2008.

JUNQUEIRA, R. D. Homofobia nas escolas: um problema de todos. In.: JUNQUEIRA, R. D. *Diversidade sexual e educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas*. Brasília: Ministério da Educação; Unesco, 2009c. p.13-52.

LIMA, M. L. C. ALVARENGA, E. C. O banheiro de Nayara: a escola e suas tecnologias heteronormativas. *Artifícios*. Revista do Diferê v. 2, n.4, dez/2012.

LOURO, G. L. Pedagogias da sexualidade. LOURO, G. L.(org.), *O Corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999. p. 07-34.

MORENO, M. *Como se ensina a ser menina: o sexismo na escola*. São Paulo: Moderna; Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1999. (Educação em Pauta; escola e democracia).

PRECIADO, B. *Quem defende a criança queer?*. Texto traduzido por Fernanda Nogueira e originalmente publicado sob o título “*Qui défend l’enfant queer?*” em: http://www.liberation.fr/societe/2013/01/14/qui-defend-l-enfant-queer_873947. 2013.

RATTO, A. L. S. Cenários criminosos e pecaminosos nos livros de ocorrência de uma escola pública. *Revista Brasileira de Educação*, Campinas, v. 20, p. 95-106, 2002.

RICH, A. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica, *Bagoas*, v. 4, n. 5, p. 17-44, 2010.

WELZER-LANG, D. A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. *Estudos Feministas*, ano 9, n. 2, 2001.